

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1809727 - RJ (2019/0012492-3)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
AGRAVANTE : CLAUDETE THEREZA DA ANA ARAUJO
AGRAVANTE : PAULO ROBERTO ARAUJO DE SOUZA
AGRAVANTE : ELOISA VICENTE PECANHA
AGRAVANTE : EMMERICH BERINGER JUNIOR
AGRAVANTE : JOSE DA SILVA FERREIRA
AGRAVANTE : LUIZA LANNA DA SILVA PIRES COSTA
AGRAVANTE : PAULO ROBERTO VIANNA DE SOUZA
AGRAVANTE : SILVIA MARLENE GOMES FERREIRA
AGRAVANTE : SUZANA CRUZ MACHADO
ADVOGADOS : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR E OUTRO(S) -
DF011555
MARLÚCIO LUSTOSA BONFIM E OUTRO(S) -
DF016619
AGRAVADO : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTS. 4º E 9º DO DECRETO N. 20.910/1932 E 85, § 10º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211/STJ. PRESCRIÇÃO DAS PARCELAS DEVIDAS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II – A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo Tribunal *a quo*, não obstante oposição de Embargos de Declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 211/STJ.

III – *In casu*, rever a conclusão do Tribunal de origem, no sentido de que as parcelas já se encontravam prescritas na data em que foi paga a atualização monetária das diferenças devidas, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

IV – Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VI – Agravo Interno improvido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Gurgel de Faria votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministra Regina Helena Costa
Relatora

